

Alexandra Esteves (coord.)

# Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)

Landscapes  
Heritage &  
Territory  
Collection

Coleção  
Paisagens  
Património &  
Território



Homens, Instituições e Políticas  
(séculos XVI-XX)

Alexandra Esteves (coord.)

7	Introdução Alexandra Esteves	154	Enfermeiros e enfermeiras nos hospitais portugueses dos séculos XVIII e XIX: Continuidades e ruturas Maria Antónia Lopes
12	Pobres vestidos de preto: Assistência, indumentária e esmola a padres em Braga (séculos XVII-XVIII) Luís Gonçalves Ferreira	174	Exclusão Social e "loucura" feminina em Portugal em princípios do século XX: Estudos de caso Rosário Belo Francisco
32	Entre o baração e o pregão: A minoria cigana nas políticas normativas portuguesas, na Época Moderna Fábio Lopes Ferreira	184	A epidemia de gripe pneumónica pela imprensa local: O caso de Coimbra Ana Maria Diamantino Correia
44	Gafarias depois da lepra: Aproximação à história do Hospital de S. Lázaro de Coimbra na modernidade Ana Martins	198	Francisco de Paula Rodrigues Alves: O homem, o político e o sanitarista Alexandra Esteves
60	The institutionalisation of medical knowledge and its implications for official healthcare professionals in Portuguese America Laurinda Abreu	218	Alimentar os desvalidos: Os donativos em género à Associação Protectora da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar (1927-1964) Raquel Caçote Raposo
92	Entre forasteiros e pobres da cidade: As escolhas assistenciais dos administradores da caridade em Évora nos séculos XVII e XVIII Rute Pardal		
102	Dotes de casamento: Exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde (séculos XVIII e XIX) Pedro J. Barbosa da Silva		
120	O Purgatório a estremecer: Capelas largadas e missas atrasadas nas confrarias das Almas de Braga (século XVIII) Maria Marta Lobo de Araújo		
144	S. Rafael, "Celestial Médico": Devoção e caridade no século XVIII em Fr. João de S. José, da Ordem Hospitaleira Maria de Fátima Reis		

# Introdução

## Pensar o(s) Passado(s) da Sociedade (séculos XVI-XX)

Nos últimos anos, a historiografia portuguesa tem produzido um número considerável de trabalhos no âmbito da História Social, o que denota um desenvolvimento muito significativo da investigação nesta área, bem visível, nomeadamente, nos congressos e seminários realizados, nos artigos e livros publicados. A infância desvalida, a condição da mulher, a pobreza, a marginalidade, a emigração, a doença e a assistência hospitalar, entre outras matérias, têm sido objeto de análises micro, potenciando a feitura de estudos comparativos e de carácter mais geral. A obra que ora se publica, constituída por doze textos, da autoria de investigadores ligados a diferentes universidades e centros de investigação, contribui para mostrar a relevância destas questões e o interesse que despertam no tempo presente.

O texto que abre este livro é o de Luís Gonçalves Ferreira, intitulado *Pobres vestidos de reto: assistência, indumentária e esmola a padres em Braga (séculos XVII-XVIII)*. As normas a que os clérigos estavam obrigados no respeitante a indumentária, a situação de fragilidade e de exposição à pobreza em que alguns se encontravam e, conseqüentemente, a necessidade de recorrerem aos mecanismos assistenciais então disponíveis são matérias abordadas pelo autor. A este propósito, é aludida a ajuda prestada pela Misericórdia de Braga aos padres mais necessitados, sob a forma de vestes e acessórios, que deviam respeitar as disposições sobre a aparência dos eclesiásticos contidas nas Constituições Sinodais.

*Entre o barão e o pregão: a minoria cigana nas políticas normativas portuguesas, na Época Moderna* é o título do trabalho de Fábio Lopes Ferreira, que trata da legislação promulgada em Portugal, tendo como alvo a etnia cigana. Segundo o autor, inclui normativos de cariz repressivo e estigmatizante, que têm a ver com o seu *modus vivendi* e as práticas que lhe estão associadas, nomeadamente, a vida ociosa e marginal, e que davam base legal à expulsão e ao degredo de indivíduos pertencentes a esse grupo étnico.

Ana Martins escreve sobre o destino das gafarias depois do desaparecimento da lepra. Algumas destas instituições foram incorporadas nas Misericórdias e nos hospitais gerais, mas outras resistiram e mantiveram a sua função original, como foi o caso da Gafaria de S. Lázaro de Coimbra, fundada no século XIII. Entre os séculos XIV e XV, além de assistir os leprosos, também admitia merceeiros, mas o regimento de 1502 pôs fim a essa prática, tornando-se uma instituição destinada unicamente aos gafos. Na sua análise, a autora menciona, entre outros aspetos, o público-alvo e a área de influência desta Gafaria, bem como as estratégias adotadas, no período moderno, para garantir a sua manutenção após o declínio da lepra.

No seu trabalho, *The institutionalisation of medical knowledge and its implications for official healthcare professionals in Portuguese America*, Laurinda Abreu apresenta-nos uma investigação que muito contribui para o debate sobre saúde, doença e as terapêuticas no Brasil colonial, examinando os movimentos dos profissionais de saúde, médicos, cirurgiões e farmacêuticos que nasceram, viveram ou laboraram na América portuguesa, em algum momento das suas carreiras profissionais.

Segue-se o texto de Rute Pardal, que, situando-se no período moderno, analisa os mecanismos assistenciais existentes na cidade de Évora. Conforme refere, havia dois tipos de assistência, a domiciliária e a institucional, que funcionariam como dispositivos utilizados pelos mais abastados para controlar aqueles que se encontravam na base social, ou seja, doentes, pobres, mendigos, bem como os forasteiros. Mostra ainda que, no período coberto pela sua análise, a assistência institucionalizada ultrapassava a domiciliária e que esta realidade tinha a ver com opções tomadas pelas elites, que procuravam, deste modo, afastar os estranhos e evitar o perigo de rebelião.

Pedro J. Barbosa da Silva, a propósito dos mecanismos assistenciais, debruça-se sobre os dotes de casamento, estabelecidos pelo legado pio de Simão Pais do Amaral, atribuídos por caridade pela Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, nos séculos XVIII e XIX. Analisa o processo que determinava a atribuição do dote e a sua distribuição, no período compreendido entre 1741 e 1878, seguindo uma lógica comparativa com outros estudos já efetuados. Conseguiu, assim, descobrir algumas originalidades, como a dotação de viúvas, a extensão do limite da idade para a concessão do dote (45 anos) e a possibilidade de serem dotadas jovens que não fossem órfãs, tendo em conta, sobretudo, o seu grau de necessidade.

Continuando na Idade Moderna, segue-se o texto de Maria Marta Lobo de Araújo, que trata da situação das Confrarias das Almas de Braga, em setecentos. A sua existência relaciona-se com o Purgatório, lugar intermédio entre o seu Inferno e o Paraíso, que justificava um conjunto de práticas destinadas a abreviar a passagem das almas por aquele lugar e a conseguir a sua salvação. Devido à falta de recursos, os pobres tinham mais dificuldades em laborar em prol da salvação da sua alma, pelo que tinham de recorrer ao apoio de instituições religiosas e de cariz assistencial. Com base na documentação existente, a autora escreve sobre as treze Confrarias das Almas existentes em Braga, no século XVIII, e conclui que, nos últimos anos de setecentos, estas irmandades enfrentaram problemas relacionados com a celebração de missas, essenciais para a salvação das almas. Considera que as mutações por que passaram se refletiram também na sua dinâmica interna e ditaram a perda de autonomia de algumas irmandades.

Maria de Fátima Reis dá a conhecer a atividade levada a cabo pela Ordem Hospitalreira de São João de Deus, em particular o seu

contributo para o desenvolvimento da arte de curar, através, como refere a autora, da sua produção editorial. Analisa, a este respeito, a obra de Frei João de S. José, intitulada *Novena ou Exercício Devoto em obsequio do Arcanjo S. Rafael. Celestial Médico, e Medicina dos enfermos*, publicada em 1771, na qual o autor reflete sobre a caridade, considerada essencial para curar a alma de quem ajuda e para sarar o corpo de quem precisa.

Maria Antónia Lopes apresenta um trabalho sobre os profissionais de enfermagem que exerciam funções nos hospitais portugueses nos séculos XVIII e XIX. Mostra que a extinção das ordens religiosas, em 1834, não causou qualquer perturbação no funcionamento dos estabelecimentos hospitalares civis, uma vez que não tinham enfermeiras religiosas ao seu serviço. Havia, no entanto, membros do clero, aos quais competia apenas prestar assistência espiritual aos enfermos. A autora faz ainda referência às primeiras enfermeiras religiosas em oitocentos, as Irmãs da Caridade, cuja presença nos hospitais dividiu a sociedade portuguesa e desencadeou uma polémica que se estendeu à esfera política.

Com o texto de Rosário Belo Francisco, chegamos à contemporaneidade. A autora discorre sobre a loucura no feminino, procurando, desta forma, mostrar a situação excludente da mulher, ainda discriminada em vários setores e colocada na dependência do sexo masculino. Esta condição é ilustrada com a exposição de dois casos: o de Maria Adelaide Coelho da Cunha, que abandonou o marido para assumir uma relação extraconjugal, acabando internada no Hospital Conde de Ferreira, a pretexto de uma suposta patologia mental, atestada por conceituados alienistas da época, como Júlio de Matos; o de Rosa Calmon, que pretendia seguir a vida religiosa, mas foi contrariada pelo pai, cônsul do Brasil na cidade do Porto.

O trabalho de Ana Correia é dedicado à pneumónica, em particular ao impacto que esta epidemia teve na cidade de Coimbra, usando como fonte a imprensa periódica. Os jornais constituem uma importante fonte para o estudo deste flagelo, pois permitem, entre outros contributos, conhecer a perceção que as gentes da época tinham sobre a doença. Na altura, a I Grande Guerra e a conjuntura política nacional disputavam as primeiras páginas da imprensa, relegando o primeiro surto de pneumónica para um plano secundário. Todavia, o segundo surto, que atingiu o país em finais de agosto de 1918, foi tema de grande número de notícias, sobretudo a partir de outubro desse ano, quando se deu o pico da epidemia.

Alexandra Esteves apresenta, em jeito de biografia, a vida de Francisco de Paula Rodrigues Alves, que foi Presidente da República do Brasil. Filho de um emigrante português, natural de uma freguesia do concelho de Ponte de Lima, partiu, ainda muito jovem, para o Brasil em busca de melhores condições de vida.

A autora assinala os episódios mais relevantes da carreira política desta personalidade, muito marcada pela sua intervenção, nem sempre bem aceite, na modernização da cidade do Rio de Janeiro e na adoção de medidas sanitárias, tendo em vista a diminuição da taxa de mortalidade, a beneficiação das condições de vida da população e a melhoria da imagem do Brasil no exterior como forma de aumentar o investimento estrangeiro no país.

A encerrar o presente livro, Raquel Caçote Raposo apresenta o resultado da sua investigação no trabalho intitulado *Alimentar os desvalidos: os donativos em género à Associação Protectora da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar (1927-1964)*. A autora dá conta das preocupações oitocentistas com a infância desvalida e da necessidade de proteger as crianças da marginalidade e da vagabundagem através de respostas sociais e educacionais, o que levou ao aparecimento de novas instituições, nomeadamente de asilos femininos. É neste contexto que, na segunda metade do século XIX, é fundada a Associação Protetora da Infância Desvalida e dos Pobres da Freguesia de São João Baptista do Lumiar, destinada à educação das meninas desvalidas. A propósito desta instituição, a autora analisa, entre outros aspetos, os donativos que lhe foram destinados, designadamente as doações em géneros.

Convida-se, finalmente, o leitor a ler e a fazer o devido uso desta obra, feita de um conjunto de trabalhos de inegável qualidade, fruto da investigação levada a cabo por especialistas de diversas universidades e centros de investigação. Apesar de remeterem para um passado mais ou menos longínquo, são um bom pretexto para a reflexão sobre as matérias agora tratadas e podem constituir um desafio para o aprofundamento do seu estudo.

É, ainda, devida uma palavra de agradecimento a todos autores pela sua prestimosa colaboração, bem como ao Lab2PT pelo apoio concedido para a publicação deste livro.

Ficha técnica

*Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)*

Coordenação: Alexandra Esteves

Design Gráfico: Studio Maria João Macedo

Editado por: Lab2PT

Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação  
Landscapes, Heritage and Territory Collection / Research

Impressão e acabamento: Sersilito

Tiragem: 300 exemplares

ISBN: 978-989-8963-23-9

Depósito legal: 464547/19

Lab2PT

[www.lab2pt.net](http://www.lab2pt.net)

Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho

Campus de Gualtar

4710-057 Braga

Escola de Arquitetura

Universidade do Minho

Campus de Azurém

4800-058 Guimarães

© 2019, Lab2PT e autores



Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais



Universidade do Minho  
Escola de Arquitetura

Esta iniciativa é financiada por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Lab2PT - Laboratório de Paisagens, Património e Paisagens, referência UID/AUR/04509/2019. / This work was financed by Portuguese funds through FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia in the framework of the project Lab2PT - Landscapes, Heritage and Territory laboratory - UID/AUR/04509/2019.

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

A Coleção Paisagens,  
Património e Território  
promove a publicação de  
textos nas linhas Investigação,  
Ensaios e Catálogos, sob  
a chancela do Lab2PT  
com objetivo de auxiliar  
à circulação e divulgação  
de produção científica de  
excelência dentro das áreas  
abrangidas pela unidade  
de I&D – Arqueologia,  
Arquitetura e Urbanismo,  
Design, Geografia, Geologia,  
História e Artes Visuais.

Esta obra apresenta os resultados de  
projetos de investigação levados a cabo por  
vários historiadores, no âmbito da História  
Social, que, entre outras matérias, tratam  
de políticas, instituições e atores sociais,  
com um horizonte temporal que abarca  
os períodos moderno e contemporâneo.